



Imprensa e educação: a educação a distância nas páginas da Folha de S. Paulo no período de 1971 a 1975¹

Vanessa Matos dos SANTOS²
Jaqueline Costa Castilho MOREIRA³
Ritta Minozzi FRATTINI⁴

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

RESUMO

A relação comunicação e educação pode ser percebida por meio de diversas formas ao longo do tempo. Neste artigo, a relação é abordada por meio do modo como a imprensa paulista, aqui representada pelo jornal Folha de S. Paulo, retrata a educação a distância na década de 70. O recorte por este período específico se deu por conta das transformações sociais ocorridas neste momento histórico. O processo de democratização do ensino no Brasil passou por diversos momentos importantes até chegar à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Destaca-se a facilitação aos exames de admissão, a partir de 1967, no Estado de São Paulo, a extensão da escolarização básica de oito anos com a obrigatoriedade do ensino para crianças de 7 a 14 anos implementada pela Reforma do ensino de 1º e 2º graus Lei nº 5.692/71, por conseguinte tivemos o movimento de redemocratização do país com o fim da ditadura militar, em 1985, culminando na promulgação da Constituição de 1988 e na publicação da LDB 9.394/96. Nesse sentido, pretendemos aqui compreender e analisar a contribuição da educação a distância (EAD) para o aumento do acesso à educação no Brasil na década de 1970, bem como o papel da imprensa em difundir este novo momento – período da promulgação e implementação da Lei nº 5.692/71. Para tanto, este estudo é conduzido a partir de artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para este estudo utilizaremos uma abordagem social, tendo em vista o conceito de democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Educação a distância; Democracia

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011..

² Docente da Universidade Sagrado Coração (USC-SP), Doutoranda em Educação Escolar pela UNESP (Araraquara), Mestre em Comunicação pela UNESP (Bauru). Integrante do GPECOM (USC), Estado e Governo (Unesp) e Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem (LEIA-Unesp)., email: vanmatos.santos@gmail.com

³ Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar – UNESP (Araraquara), email: jackycastilho@uol.com.br;

⁴ Mestranda, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar – UNESP (Araraquara), email: rittinha148@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Para abordar a expansão da escolarização no Brasil, é importante lembrar que Ghanem (2004) evidencia aspectos fundamentais relacionados às contradições que envolveram a tensa relação entre educação escolar e democracia no Brasil. Aliás, para falar sobre expansão do ensino se faz importante retomar brevemente, aqui, o tema da democracia. Segundo o autor, a democracia seria a interdependência de três dimensões: respeito aos direitos humanos, representatividade política e cidadania. Nesse sentido, uma educação escolar atrelada à democracia deveria necessariamente contemplar essas três dimensões.

Desde o século XIX, a escola pública se tornou um valor e uma das ideologias da democracia moderna. Até o período da modernidade ainda não era generalizada a crença de que a escola era a instituição pela qual todas as crianças deveriam passar. Muito pouco se pensou em uma escola para o “povo”, uma vez que, até então, as escolas, em sua maioria religiosas, destinadas à maior parte da população teriam a função principal de apenas moralizar e doutrinar os povos.

A historiografia da educação demonstra que com o Iluminismo, no século XVIII, tivemos um marco de sensibilização pela defesa da educação popular. A partir do século XVIII, a escola vai ser vista como instância de aprimoramento do homem, de progresso, desenvolvimento e modernização. Assim, esta escola teria a função de civilizar e promover uma Reforma Social, com vistas à transformação da sociedade. Essa Reforma Social estaria vinculada à idéia de formar o “homem novo”, ou seja, formar o cidadão para atuar na nova e moderna sociedade. Os iluministas defendiam que a escola deveria ser universal, gratuita e dever do Estado, pois, para os considerados modernos, apenas o Estado poderia catalisar os interesses do bem público. Com isso, a idéia da escola pública fundamentou-se numa relação entre Estado e Educação.

Além do mais, Cambi (1999) destaca que a idéia de escola pública chegou ao Brasil através da ilustração portuguesa com as Reformas Pombalinas entre os anos 1770 e 1780. No Brasil, essa escola pública comum, universal, gratuita e estatal se mantém como ideal durante o século XIX, porém com propostas e desenvolvimento incipientes. E se concretiza no final do século XX como sistema público de ensino.

A esse respeito, Freitas (2009) alerta que quando uma sociedade que se diz democrática não consegue oferecer a sua população oportunidades de escolarização pública, esvazia-se o princípio de igualdade de direitos, desrespeitando-se, assim, um



dos aspectos fundamentais do conceito de democracia que é o direito à educação para todos. Ainda o autor, ao mencionar as idéias de Anísio Teixeira, afirma que este sugeria uma educação predominantemente pública como condição fundamental para assegurá-la universalmente. “No âmbito da universalização de direitos, os países comprometidos com a democracia e com o princípio da igualdade social deveriam assegurar uma sólida educação pública para seu povo” (FREITAS, 2009, p. 181).

Não obstante, Freitas (2009) ressalta que se nos lembrarmos da organização dos processos de oferta de escolarização pública primária no Brasil, recordaremos, com pesar, desde o Império situações de improviso e abandono, em que o Estado se antecipou oferecendo escola primária à população, com vistas a combater o analfabetismo, porém sem os recursos necessários. E mais, com interesses políticos na criação de escolas e com anseios de controle sobre o que se designava como “povo”. Este povo, no entanto, afirma o autor, sempre resistiu e nunca desistiu de reivindicar direitos sociais igualitários.

Como demonstra Nagle (1976), Lopes (2003) e Gondra (2008), ainda no período imperial, a educação era vista como fundamental para a concretização e manutenção do Estado Nacional. Por conseguinte, a escola da Primeira República, além de abrigar e alfabetizar os brasileiros, estava preocupada com a higiene e a civilidade do povo. Historicamente vimos algumas medidas de democratização do acesso à escola pública, iniciadas na década de 1920 com as reformas educacionais de combate ao analfabetismo nos vários estados brasileiros, como a reforma implementada por Sampaio Dória no estado de São Paulo que permitiu a ampliação do número de vagas nas escolas às custas da qualidade, uma vez que para poder atender a uma maior parcela da população, optou por oferecer uma escola elementar de apenas dois anos de duração e aumento dos turnos escolares (FREITAS, 2009; NAGLE, 1976; SOUZA, 2008).

No final do século XX, destaca Freitas (2009), a maior parte das instalações escolares encontrava-se ainda em situação precária. Segundo o autor, isso era consequência direta das medidas paliativas e provisórias que foram sistematicamente adotadas nas décadas de 1930 e 1940; uma precariedade justificada com a perspectiva de atender um maior número de alunos.

Ao longo dos anos, ocorreram mudanças significativas no âmbito educacional através de leis, decretos e reformas. A esse exemplo tivemos a Lei Francisco Campos (1931) e as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946) até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961. Conforme demonstram Arelaro, (1988); Schwartzman



(1984); Meneses (1999); e Souza (2008) o período entre os anos 1930 e 1960 foi marcado por um ensino extremamente seletivo e dual, à medida que tínhamos a separação de uma escola primária destinada às massas e uma escola secundária e superior direcionada às elites. A Reforma Capanema de 1942 assinala essas diferentes finalidades para os ensinos primário e secundário, uma vez que o primeiro tinha como objetivos a alfabetização e a formação social da população, já o ensino secundário tinha a característica de distinção social marcado pela transmissão de uma cultura humanística. Ainda os autores afirmam que os sistemas de avaliação do período reforçavam o caráter excludente e seletivo do ensino secundário, uma vez que para que o aluno concluinte do primário pudesse ingressar no ensino secundário deveria prestar o exame de admissão, o que ocasionava uma série de desistências para a continuidade dos estudos.

Durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreu no país uma ampliação dos serviços educacionais para níveis cada vez mais elevados da instrução na tentativa de superar aquela dualidade. Arelaro (1988), Hilsdorf (2003) e Souza (2008) indicam que nos anos 1960, após a promulgação da primeira LDB, vimos a facilitação dos exames de admissão, a disputa entre centralização x descentralização do ensino e debates acerca da abertura educacional para a iniciativa privada, além de proposições acerca de uma formação técnica e geral. Essa ampliação do acesso ao nível secundário significou, na prática, o fim dos exames de admissão, suprimidos legalmente no estado paulista em 1967. Isso significa dizer que “o Estado passou a responder as demandas dos grupos populares, tanto no que se refere à ampliação das vagas no ensino primário quanto à expansão do ensino secundário (FREITAS, 2009, p. 182).

Nos anos 70, foi promulgada a Reforma Educacional do ensino de 1º e 2º graus de nº 5.692/71, uma lei de caráter tecnicista imposta por um regime extremamente autoritário com vistas à formação de mão de obra qualificada e, com isso, a promoção do desenvolvimento econômico e do progresso do país. No entanto, sem perder de vista os resultados desastrosos ao ensino, foi essa lei que possibilitou a ampliação do acesso a níveis educacionais mais elevados para uma maior parcela da população, ao passo que unificou o ensino primário e o secundário numa escola básica de oito anos, assegurando, assim, o acesso legal de todas as classes sociais a escola pública (BEISEGEL, 1974; SPÓSITO, 2001; GHANEM, 2004; SOUZA, 2008; FREITAS, 2009).

Nesse sentido, mesmo que por vias tenebrosas num período de regime ditatorial, o direito à educação, enquanto direito social, estaria em processo de democratização? A



esse respeito, Ghanem (2004) nos convida a pensar que muitas vezes as possibilidades de expansão das oportunidades educacionais se confundem com práticas democráticas de educação, ambas mescladas com a noção de democratização do ensino.

Nesse sentido, Freitas (2009) nos chama atenção de que para analisar o processo de expansão da escolarização no Brasil é necessário levar em consideração as diferenças regionais relativas à complexa estrutura sócio-econômica brasileira. Segundo o autor, o relatório sobre o desenvolvimento humano (Brasília PNUD/IPEA, 1996) revela que no período de 1960 a 1980 os índices da região Nordeste, uma das mais pobres do país, figura muito abaixo da média nacional quanto ao número médio de anos de estudos da população, o que significa dizer que houve uma expansão desigual do ensino no Brasil. Os números da expansão do ensino na cidade e no estado de São Paulo, mesmo que em muitas localidades pudesse estar em situações improvisadas e precárias, são sempre números significativos “se comparados a muitos lugares do país nos quais a escola sequer havia chegado” (FREITAS, 2009, p. 207).

No decorrer da década de 1970, com o avanço tecnológico do país, vimos emergir iniciativas governamentais e de universidades na promoção de programas e projetos educacionais utilizando a metodologia à distância com vistas à expansão do ensino e da instrução para populações residentes em localidades onde a educação elementar apresentava dificuldade de chegar formalmente, seja pela falta de professores habilitados, pelo difícil acesso ou, até mesmo, pelo descompromisso dos órgãos públicos. Diante dessa realidade, julgamos necessária uma melhor compreensão de como esse tipo de ensino se desenvolveu no país nesse período, assim como verificar quais as representações sociais, através das matérias da *Folha de S. Paulo*, acerca da utilização da metodologia à distância como instrumento para viabilizar a então democratização da educação nas diversas regiões brasileiras.

Um breve histórico da educação a distância (EAD) no Brasil

Historicamente, o Brasil aparece como o sexto país a desenvolver atividades voltadas para a utilização do ensino a distância e a criar instituições específicas de EAD. Os primeiros foram Suécia (1833), Inglaterra (1840), Rússia (1850), Alemanha (1856) e USA (1874). O Brasil iniciou suas experiências com EAD em 1904, quando as Escolas Internacionais (representação de uma organização norte-americana) lançaram alguns cursos por correspondência, notadamente os cursos de datilografia. Em seguida,



ocorreram várias outras iniciativas, que consagraram como metodologia à distância, o uso do rádio; com a criação da Rádio Escola (1923) e da Rádio Municipal do Rio de Janeiro (1924), concebidas por um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto. Em 1936, foi criada a Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação (MEC), em seguida vimos o surgimento do Instituto Rádio Técnico Monitor (1939), do Instituto Universal Brasileiro (1941), e de outras organizações similares como a Universidade do Ar do SENAC e do SESC (1947).

Entre os anos 70 e 80, instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs) começaram a oferecer cursos supletivos a distância, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, como o Telecurso da Fundação Roberto Marinho (1977). Em 1979 tivemos a criação do primeiro curso a distância de extensão universitária da Universidade de Brasília (UNB). Mas apenas nos anos 1990, com o advento da Internet e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96 – Art. 80), oficializou-se a EAD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino.

Interessa destacar que diante da então democratização do ensino com a extensão da educação básica para oito anos implementada pela Lei 5.692/71, dos ideais de desenvolvimento e progresso nacional e das demandas sociais por educação, o ensino à distância (EAD) ganhou força no país na década de 1970, haja vista as grandes distâncias geográficas de muitas localidades brasileiras nas quais suas populações, até aquele momento, não tiveram acesso a nenhum tipo de instrução.

A seguir, pretendemos conhecer melhor a contribuição da educação à distância (EAD), enquanto modelo de ensino, para a extensão da escolarização da população brasileira na perspectiva de um dos mais atuantes e representativos veículos da grande imprensa, o jornal *Folha de S. Paulo*⁵.

⁵ Fundado em 19 de fevereiro de 1921 com o nome original de *Folha da Noite* por Olival Costa e Pedro Cunha, o jornal foi comprado na década de 1960 pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que o rebatizaram para *Folha de S. Paulo*. Em 1930 apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República com críticas à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, sendo por isto depredada e fechada (na época se dizia *empastelada*) em 24 de outubro de 1930, quando a Revolução de 1930 saiu vitoriosa. A *Folha* voltou a funcionar em 1931 com novos donos e nova linha editorial, com o nome de *Folha da Manhã* e dirigida por Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Rubens do Amaral até 1945, voltada para o apoio da agricultura. Inicialmente, a *Folha de São Paulo* apoiou o golpe de 1964 e a ditadura militar, implantada no Brasil até o governo do presidente general Ernesto Geisel, ao contrário de seu concorrente *O Estado de S. Paulo*, que chegou a sofrer intervenções e censura no período. No início da década de 1970, essa postura provocou uma série de atentados contra veículos de entrega de jornais da *Folha de S. Paulo*, que eram incendiados por grupos de esquerda que faziam resistência à ditadura militar (GASPARI, 2002). No ano de 2009 a *Folha* gerou polêmica ao chamar a Ditadura Militar Brasileira, que possivelmente gerou milhares de vítimas, de "Ditabranda" (FEIL, 2009). A ascensão de uma redação renovada e engajada, com a presença de nomes consagrados como os de Cláudio Abramo, Bóris Casoy, Clóvis Rossi e Jânio de Freitas acabou mudando a linha editorial do jornal, que na década de 1980, ficou marcado pelo apoio imediato constante às matérias cobrindo o movimento das Diretas Já. Na década de 1980, o jornal foi pioneiro no Brasil na instalação de computadores e informatização da redação. Também no final da



O papel da Imprensa: A educação a distância (EAD) no jornal *Folha de S. Paulo*

Embora houvesse tentativas de ampliação do acesso ao ensino, as políticas educacionais apresentavam-se ainda ineficientes frente às demandas crescentes à escolarização na década de 1970. Na tentativa de atender esses segmentos da população, percebeu-se ao longo da história da educação, um interesse na implementação de políticas públicas na área educacional, por meio de projetos de ensino que viabilizassem a expansão da educação básica; como os diversos programas de Ensino à Distância (EAD), disseminados principalmente nas regiões de baixos índices demográficos e urbanização; desde 1904, mas consagrado em 1923, pela Rádio Escola.

O EAD foi tema recorrente no jornal *Folha de S. Paulo* nesse período. Em anos de campanhas pelo aperfeiçoamento e formação de professores e pela democratização da Educação Básica, seja de Ensino Fundamental ou Supletivo, vimos emergir no Brasil uma nova metodologia de ensino que pretendia expandir a educação por todo o território nacional, principalmente nas regiões de grandes distâncias geográficas.

Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* noticia que nos anos 70 foram criados órgãos do governo como a Fundação Brasileira de Teleducação (Funbratel), o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), a Fundação Centro-Brasileira de TV Educativa e a subsecretaria de Educação à Distância, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Dentro desses órgãos, foram realizadas, nesse período, iniciativas significativas na área da EAD, das quais destacamos: o Projeto Saci, a telenovela “João da Silva” e o Projeto Minerva. Além das TVs e rádios educativas como a Rádio e TV 2 Cultura, que

década de 1990, o jornal ousou ao contratar um *ombudsman*, uma espécie de ouvidor que anotava as críticas e opiniões dos leitores e tinha e ainda tem a independência de criticar matérias e reportagens do jornal com imparcialidade, sem represálias. O formato era tão pioneiro e revolucionário para a época que provocou muitos conflitos entre o então *ombudsman* Caio Túlio Costa e o articulista Paulo Francis, expostos numa série de artigos, que acabou se mudando para o concorrente *O Estado de S. Paulo* (CAPELATO e MOTA, 1989). Desde a década de 1980, a *Folha* também foi pioneira na adoção de infográficos e quadros que explicam, de maneira didática, os detalhes das principais notícias e o contexto das mesmas. No início da década de 1990, a *Folha* começou a investir na criação de novos produtos e suplementos dentro do jornal, como a *Revista da Folha*, o caderno *Folhateen* e a *TV Folha*. Tendo como aliada uma grande campanha publicitária, em que o próprio diretor de redação Matinas Suzuki Jr aparecia na TV anunciando as novidades do jornal, a *Folha* passou a liderar as vendas em São Paulo, superando *O Estado de S. Paulo*.

A reforma gráfica em meados da década de 1990 e o lançamento de brindes como o *Atlas da Folha* e dicionários reforçaram a liderança na época. Em outubro de 1996, a venda avulsa de uma edição dominical da *Folha* chegava a 489 mil exemplares. Porém, pouco mais de uma década depois, o cenário era completamente adverso. Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) mostraram que a *Folha* fechou o primeiro trimestre de 2009 com média diária de 298.351, enquanto que no começo de 2000, essa média era de 429.476. Houve também queda nas vendas avulsas. O jornal vendeu em média 21.849 exemplares em todo o território nacional entre janeiro e setembro de 2009, sendo hoje o vigésimo quarto jornal em vendas avulsas, atrás dos concorrentes *O Globo* (15º) e *O Estado de São Paulo* (19º).



contribuíram para disseminar assuntos e temas educativos pelos “quatro cantos do país”, como menciona a *Folha*.

Segundo o impresso *Folha de S. Paulo*, o ensino de 1º grau e a preparação de professores foram os dois objetivos básicos das “Diretrizes para a Teleducação no Brasil”, documento elaborado por um grupo de especialistas em comunicação e educação, que foi entregue ao então Ministro da Educação Nei Braga no dia 21 de fevereiro de 1975, objetivando a desenvolver o campo do ensino à distância no país. A *Folha* menciona que, assim como informação proveniente do Secretário Geral do MEC no período, Euro Brandão, a respeito da legislação do EAD no Brasil,

(...) o documento procura estabelecer as bases de uma política educativa que possa ser atualizada constantemente e que seja executada em três campos de ação: a tele-instrução sistemática, fundamentada em experiências e ensino regular à distância e avaliação do rendimento dos alunos e do curso; educação por TV e rádio, sem organização definida de turmas ou de níveis de ensino; a preparação de temas culturais e educativos na programação de entretenimento, com o cumprimento das cinco horas semanais de emissão de cunho educativo a que são obrigadas as emissoras de televisão e de radiodifusão. (T.F.D., *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 13, 21. Fev., 1975).

Conforme sugere o documento, a *Folha* sinaliza que a atuação do MEC no EAD teve como base o Projeto Saci, de capacitação de professores; o Projeto Minerva; as Informações Gerais sobre Educação e Cultura e a novela “João da Silva”, Supletivo de 1º grau. Nesse empreendimento, a Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa intensificaria a produção de programas educativos e o Projeto Saci, experiência limitada ao estado do Rio Grande do Norte, seria estendido a todo o país.

A telenovela “João da Silva”, programa de ensino supletivo, transmitia, via TV-Educativa o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá (S.T.P., *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 19, 05. Jun., 1975).

O Projeto Minerva, criado em 1976, era um dos projetos educacionais mais ambiciosos organizados pelo governo federal. Como noticia a *Folha de S. Paulo* em 9 de setembro de 1975, visava suprir a carência do ensino básico regular para todos. Consistindo em oferecer transmissões via rádio das aulas do curso de 1º grau, como ressalta o jornal; o projeto ainda possuía “radiopostos”, onde os alunos ganhavam



apostilas, ouviam as aulas e recebiam apoio dos monitores, inclusive para exercícios práticos. O impresso desta data informava que “os programas transmitidos diariamente, de 2ª a 6ª feira, correspondiam ao currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação, que compreenderia as seguintes disciplinas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física e Programas de Saúde” (R.M.P., *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 9. Set.,1975). Ao concluir o curso, o aluno recebia certificado oficial de conclusão do 1º grau e, com isso, poderia prestar os exames supletivos oficiais promovidos duas vezes por ano pela Secretaria da Educação para cursos presenciais.

O Projeto Saci (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares), criado em 1967, seria um projeto que utilizaria tecnologias aplicadas à educação. Em meados dos anos 70, o programa era patrocinado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo governo do Estado e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com a utilização dos satélites norte-americanos ATS-3 e ATS-6, eram transmitidas para o Rio Grande do Norte aulas geradas em São José dos Campos, no estado de São Paulo, informa o periódico paulista.

Em dezembro de 1972, afirma o jornal *Folha de S. Paulo*, iniciaram-se as transmissões dos programas de Rádio e TV com os objetivos de: capacitação do magistério leigo, com curso supletivo; e, em 1973, teve início o curso para crianças de 1ª e 2ª séries do 1º grau, na rede formal de ensino. Segundo a *Folha*, esses programas foram gravados em fitas (rádio) e audio-tape (TV) e enviados para o Rio Grande do Norte.

O Projeto Saci atingiu no ano de 1975, 70 dos 150 municípios do Rio Grande do Norte. Utilizava-se para a transmissão dos programas o sinal da TV Universitária, canal 5, de Natal e as emissoras de Educação Rural de Natal, Mossoró e Caicó. Para a transmissão das aulas no período experimental do Projeto Saci a estação de São José dos Campos emitia sinais que eram captados pelo satélite e, posteriormente, retransmitidos a estação receptora, em Natal, que, por sua vez, transmitia às escolas. Algumas escolas norte rio grandenses possuíam TV, outras apenas rádio, outras TV e rádio. Segundo o jornal, “o Projeto Saci compreendia 228 escolas com televisão, 214 com rádio e 34 que utilizam os dois meios, num total de 476. Dessas escolas, 167 eram estaduais e 309 municipais, atendendo cerca de 19 mil alunos” (E.M.T, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 17, 23. Set.,1975).



O jornal *Folha de S. Paulo*, com o subtítulo do caderno de Educação do dia 29 de novembro de 1975, “*Projeto Saci: apesar das falhas e das críticas, uma experiência com esperanças*”, se posiciona a favor do Projeto. Olavo Avalone Filho, em seu artigo “*Quando um aparelho de TV substituiu o bom professor*”, publicado no mesmo dia, dialoga sobre as deficiências do Projeto, ao mesmo tempo em que, destaca as ações instituídas pelo INPE, nas palavras do Diretor Mendonça, para viabilizar o ensino à distância como modelo proposto como tentativa de democratização da educação pelas regiões onde ela não pode chegar formalmente.

No artigo escrito por Olavo Avalone Filho, o diretor do INPE, Fernando de Mendonça, reconhece “que não há nada que substitua um bom professor”, mas estuda a viabilidade de utilizar satélite de comunicação destinado à educação de massa em localidades brasileiras onde a realidade sócio-educacional não permite a concretização de uma educação formal. O jornalista expõe as deficiências do Projeto produzido pelo INPE em parceria com o MEC, tais como:

A questão de interação professor-aluno, dentro da concepção filosófica educacional vigente; a falta de recursos, possivelmente causada pelo fato de ser iniciativa pioneira, e que talvez impeça a realização mais efetiva de seus propósitos; a descentralização geográfica – a ser resolvida com a transferência do projeto para Natal –, que dificulta maior aproximação da clientela, objeto dos programas; a dificuldade de fiscalizar a atuação de professores, após cada aula radiada ou televisionada (AVALONE FILHO, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 29. Nov., 1975).

Avalone Filho destaca a “fala” do Prof. Fernando de Mendonça, para o qual é possível que a teleducação contribua efetivamente com o problema educacional brasileiro que o prescrito por planos e reformas apresentadas até agora. Ainda Mendonça afirma que “considerando dificuldades operacionais e financeiras e a extensão territorial do país, talvez seja mais interessante – acrescenta – buscar não o melhor, mas o mais adequado às condições de desenvolvimento” (AVALONE FILHO, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 29. Nov., 1975).

No contexto dos anos 70, com a expansão dos meios de comunicação via satélite, a equipe do Projeto Saci apontava que a educação realizada por esta via seria a mais indicada para solucionar com maior rapidez o problema do analfabetismo num país de grande extensão territorial como o Brasil, informa Avalone Filho à *Folha de S. Paulo*.



Considerações Finais

A dificuldade no acesso ao ensino básico de 1º e 2º graus por grande parte dos brasileiros nas várias regiões do país, assim como a falta de vagas nas Universidades Públicas, sempre foi um problema que aflige os estudantes desde a primeira metade do século XX e motivo de protestos noticiados na grande imprensa. Nesse sentido, percebemos um interesse do Governo Federal e de Universidades brasileiras na produção de programas que objetivavam a expansão do ensino básico via educação a distância, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil para tentar, assim, minimizar o problema do acesso ao ensino não apenas nessas regiões, mas em todo o país.

É salutar destacar que a década de 70 foi marcada pela Ditadura Militar. O cenário político da Ditadura Militar (1964-1985) fez cessar os debates com a promulgação da Constituição de 1969. A educação neste período tinha o claro objetivo de habilitar o cidadão para o trabalho formal. Este é o período de expansão e criação das universidades no país. Os cursos eram oferecidos com clara inclinação para atender essas demandas do mercado. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado seguindo a mesma política diretiva, mas não alcançou o objetivo ao qual se propunha: erradicar o analfabetismo do território nacional.

Tendo este cenário como pano de fundo, em 1971 é promulgada a Lei 5692 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja principal característica foi o esforço em ofertar formação educacional profissionalizante, visto que, dentre outras medidas, tornava a profissionalização obrigatória no 2º grau⁶. As reformas educacionais implementadas visavam à diminuição das desigualdades por meio de melhores condições de trabalho, o que seria obtido por meio de bom nível educacional. Posto as deficiências generalizadas e o constante aumento do número de matrículas nos diversos níveis educacionais – mas, principalmente no ensino profissionalizante – esta lei estabelece, em seu artigo 25 § 2º: “Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.”

Isto posto, é possível observar que a tecnologia educacional, aqui compreendida como expressão do ensino a distância e ancorada pelos meios de comunicação de massa

⁶ A Lei 5692 foi revista pela Lei 7044 que desobriga a profissionalização compulsória no 2º grau. Com a promulgação desta lei, o governo federal reconhece que as tentativas de tornar o ensino médio profissionalizante haviam fracassado.



– é destinada, de acordo com a própria lei, aos alunos necessitados; ou seja, àqueles que precisam de cursos supletivos, uma vez que esses cursos carregam o estigma de cursos inferiores, voltados para alunos também inferiores (NISKIER, 1993).

Este é o primeiro registro que se tem do reconhecimento das tecnologias para fins educacionais em um texto constitucional. Tal concepção limitada de utilização do ensino a distância é a herança que o País carrega atualmente e vem prejudicando, ano após ano, o desenvolvimento de propostas inovadoras em detrimento de uma expressão preconceituosa de que o ensino a distância destina-se a um a educação menor, paliativa e de baixa qualidade. Ainda assim, a imprensa da época era, em sua maioria, favorável às propostas do governo no que se refere à utilização do ensino a distância.

Prova disso, é que, na década de 1970, observou-se nos artigos da *Folha de S. Paulo* que os interesses do governo brasileiro voltavam-se pela democratização, principalmente, do ensino de 1º grau, que se constituía na junção dos antigos ensinos primário e ginásial.

Com efeito, o jornal paulista informa o seu leitor sobre as iniciativas brasileiras de expansão da educação através de projetos e programas que utilizavam a EAD como modelo válido de ensino. A esse respeito, é importante notar a importância da imprensa naquele período para a propaganda das políticas do governo federal, ao passo que no discurso do veículo diário, observamos um posicionamento favorável a metodologia do ensino a distância por considerá-la uma das poucas alternativas viáveis para a promoção do ensino nas regiões brasileiras onde a realidade sócio-educacional não possibilitava a concretização de uma educação formal. Porém, o próprio jornal noticia as vicissitudes e os impasses na implantação desse tipo de metodologia educacional. Vale ainda notar que nenhum desses projetos vingou e os problemas educacionais relacionados à democratização do ensino permaneceram, independentemente do tipo de tecnologia educacional utilizado.

Além disso, não podemos perder de vista que a metodologia utilizada no ensino a distância, apesar de possibilitar algum tipo de ensino para aqueles cidadãos residentes em localidades pobres e/ou distantes, não ocorreu da mesma maneira como o ensino formal dos grupos escolares situados em algumas localidades da região sudeste, por exemplo. Isso significa dizer, em outras palavras, que diante de contextos diferenciados e modos de ensinar diferentes, podemos afirmar que a educação não se concretizou de maneira universal nas diferentes regiões e localidades brasileiras no período estudado e, com isso, verificamos o não cumprimento dos direitos democráticos constitucionais



daqueles cidadãos que é o direito à educação pública, comum, universal e gratuita para todos que deveria ser oferecida pelo Estado.

Neste sentido, este artigo aponta pistas para a compreensão do estigma que ronda o ensino a distância no País: ao mesmo em que surge como uma possibilidade de democratização da educação, configura-se, também como algo inferior, desprovido de qualidade. Quando as primeiras propostas envolvendo a utilização do ensino a distância foram feitas, os professores não estavam preparados e não haviam sido capacitados para trabalhar novas metodologias de ensino por meio das novas mídias disponíveis naquele momento – notadamente a televisão. Como uma das premissas da História é auxiliar na compreensão do presente, este artigo destaca a importância do contexto sócio-cultural – expresso nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo* – na difusão de novas metodologias de ensino. Não muito tempo depois, os educadores se vêem novamente diante de um novo desafio: desenvolver metodologias de ensino a distância com a utilização das tecnologias digitais. O ensino a distância continua o mesmo, mudaram apenas o suporte disponível para a sua viabilidade. Acreditamos que, com base na experiência pregressa, conseguiremos possibilitar o fim máximo do ensino a distância seja atingido: a democratização da educação.

Referências

ARELARO, Lisete Regina Gomes. *A (ex) tensão do ensino básico no Brasil: o avesso de um direito democrático*. Uma análise da ação governamental nos últimos 25 anos (1962-1987). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1988.

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. Brasília: Líber Livro, 2004.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CAPELATO, M. H. R.; MOTA, C. G. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress. 1989.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Geração Editorial: São Paulo, 2003.

LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



FEIL, Cristóvão. "A Folha e a ditabranda". Blog *Vi O Mundo* por Luiz Carlos Azenha, 21 de fevereiro de 2009.

FREITAS, Marcos Cesar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira, 1999.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, 1976.

NISKIER, Arnaldo. *Tecnologia educacional: uma visão política*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2002.

GHANEM, Elie. *Educação escolar e democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica-Ação Educativa, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Editora, 2003.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Edusp, 1984.

SEM AUTOR. TV Educativa terá coordenação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8, outubro, 1971.

SEM AUTOR. Televisão educativa terá plano educacional. *Folha de S. Paulo*, 31, agosto, 1972.

SEM AUTOR. Projeto Minerva no Amazonas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26, outubro, 1971.

SEM AUTOR. Projeto Minerva vai lançar mais três cursos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3, novembro, 1971.

SEM AUTOR. Programa de Teleducação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11, novembro, 1971.

SEM AUTOR. Função da TV-Educativa analisada na Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11, novembro, 1971.

SEM AUTOR. MEC vê programa da TV Educativa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5, janeiro, 1972.



SEM AUTOR. TV Educativa quer mudar ensino. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13, abril, 1972.

SEM AUTOR. Teleducação hoje entra em debate. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13, julho, 1972.

SEM AUTOR. Minerva entra hoje em seu terceiro ano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04, outubro, 1972.

SEM AUTOR. MEC terá sua própria rede de televisão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 22, outubro, 1972.

SEM AUTOR. TV Educativa apresentará novelas em 73. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27, outubro, 1972.

SEM AUTOR. Criticado plano de teleducação do MEC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7, dezembro, 1972.

SEM AUTOR, Mais um curso pela TV 2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28, julho, 1973.

SEM AUTOR. João da Silva começou no Rio e GB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29, novembro, 1973.

SEM AUTOR. Planate: novo plano para teleducação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 1, fevereiro, 1974.

SEM AUTOR. As formas supletivas de ensino e a telecomunicação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31, março, 1974.

SEM AUTOR. TV 2 prepara programação do ensino. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24, janeiro, 1975.

SEM AUTOR. Fumbratel, uma forma nova de teleducação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6, fevereiro, 1975.

SEM AUTOR. Teleducação fixa as diretrizes básicas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21, fevereiro, 1975.

SEM AUTOR. Programa de saúde pela TV já tem roteiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4, março, 1975.

SEM AUTOR. TV-Educativa lança programas para 30 canais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28, março, 1975.

SEM AUTOR. Mais recursos em 75 para teleducação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1, abril, 1975.

SEM AUTOR. TV 2 Cultura ganha prêmio internacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6, abril, 1975.



SEM AUTOR. No 1º grau, ensino pela televisão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10, maio, 1975.

SEM AUTOR. Instalada TV Educativa no Paraná. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22, maio, 1975.

SEM AUTOR. Supletivo terá programa na TV Educativa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5, junho, 1975 .

SEM AUTOR. Curso por correspondência obtém êxito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10, junho, 1975.

SEM AUTOR. Programas do Canal 2 vão a outros países. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10, julho, 1975.

SEM AUTOR. Salvador terá 1º e 2º graus pelo rádio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12, julho, 1975 .

SEM AUTOR. Saci: objetivos nas alturas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9, novembro, 1975.

SEM AUTOR. Rondon e Minerva: os projetos ambiciosos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 9, novembro, 1975.

SEM AUTOR. “É mais tecnológico do que Educacional”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23, novembro, 1975.

SEM AUTOR. Cientista defende o Projeto Saci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25, outubro, 1975.

SEM AUTOR. Quando um aparelho de TV substitui o bom professor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29, novembro, 1975.

SEM AUTOR. TV Educativa no Rio mostrará programas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9, dezembro, 1975.

SOUZA, R. F.; *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (Ensino primário e Secundário, no Brasil)*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SPÓSITO, M. P. *O povo vai à escola*. Col. Educação Popular. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.